



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Bráulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 65ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATA



ATAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/11/2016

Presidência dos Deputados Hely Tarquínio e Bráulio Braz

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discursos dos deputados Cabo Júlio, Sargento Rodrigues, João Leite e Bonifácio Mourão; aprovação – Correspondência: Mensagem nº 213/2016 (encaminhando a Indicação nº 40/2016), do governador do Estado – Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.885 e 3.886/2016 – Requerimentos nºs 5.822 a 5.830/2016 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Transporte e de Minas e Energia – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Noraldino Júnior, Glaycon Franco e Vanderlei Miranda – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Requerimento do deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do deputado André Quintão – 2ª Fase: Discurso do deputado João Leite; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Bráulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antônio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino



Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Paulo Lamac – Pinduca Ferreira – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio – Serei rápido, presidente. Quero apenas repudiar – e, se for o caso, fazer com que isso conste em ata –, a fala de uma deputada do Rio Grande do Sul. Faço às colegas deputadas a ressalva de que não se trata de uma questão de gênero, mas da atitude da deputada. Para que os colegas fiquem cientes, aconteceu um assalto em São Paulo: um motorista do Uber, policial aposentado, pegou três clientes, que eram assaltantes e, no meio do caminho, tentaram matá-lo. Esse policial reagiu ao assalto, colocando sua vida em risco, e matou os três assaltantes. Aí, a deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, soltou esse absurdo, que deve ser repudiado por todos, como está no seu Facebook: “Era bom que a sociedade parasse para pensar. Hoje temos três famílias chorando em razão desse PM opressor. Caso ele não tivesse reagido, apenas uma família choraria. Assim, o prejuízo seria menor para a sociedade”. Perdoe-me a palavra, mas o que essa vaca estava dizendo? Estava dizendo que não era para o policial vítima do assalto ter reagido, pois, se não tivesse reagido, ele morreria e somente a sua família iria chorar. Mas, uma vez que ele reagiu aos assaltantes que colocaram a sua vida em risco, trocou tiros com eles e os três bandidos morreram, serão três famílias para chorar, não uma. É um absurdo, presidente, que uma deputada do Rio Grande do Sul solte uma pérola dessa e ainda chame o policial de opressor por ter reagido ao assalto. Ora, acho que essa deputada, que só fala bobagem – pois não é a primeira vez que ela fala esse tipo de absurdo –, deveria fazer algumas coisas. Primeiro, deveria calar a boca. Para falar uma bobeira como essa, era melhor que essa vaca calasse a boca. Em segundo lugar, se ela está com pena, que leve esses bandidos para sua casa, porque dizer que o bandido não podia ter morrido... A sua conta é assim: é melhor um policial morrer do que morrerem três assaltantes. Acho que essa deputada merece o repúdio de todos nós, de toda a sociedade, de toda a polícia. Então, deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, enfie a sua língua onde quiser, mas não fale esse tanto de bobagem, não, sua vaca! Se está com pena, leve esses bandidos para a sua casa. É um absurdo que um tipo de coisa como essa saia da boca de uma deputada.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Antes de passar à minha análise da ata, quero pegar um gancho na fala do deputado que me antecedeu. Parece-me que a Maria do Rosário é do PT. Infelizmente, estamos vendo acontecer o mesmo em Minas Gerais. As agressões à Polícia Militar vindas de alguns deputados do PT nesta Casa são constantes. Já ouvi uma deputada do PT dizer aqui que a Polícia Militar é despreparada; outro, que a Polícia Militar tem de ser desmilitarizada; outro, ainda, que a Polícia Militar tem tudo, tribunal, hospital, e o restante não tem nada. Essa linha de pensamento parece ser unânime em todo o País. Eu queria mesmo, presidente, discutir a ata e dizer que ontem foram protocolados cerca de 22 requerimentos não só dos deputados do bloco de oposição mas também do bloco da base do governo e do bloco parlamentar independente. Deputados como o Léo Portela, que aqui se encontra, que querem ter acesso aos 103 anexos que o presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes... Com todo o respeito que sempre tive ao deputado Adalclever Lopes, digo que nesse momento ele não parece ser o presidente do Poder. Não parece, porque deixa claro



que está tendendo para o lado do governador Fernando Pimentel. Eu queria deixar registrado que gostaria que o presidente Adalclever estivesse sentado nesta Mesa para que ele pudesse ouvir o que estou falando, porque eu gosto de falar diretamente com o deputado. Portanto, é um absurdo que 103 anexos de toda documentação que chegou a esta Casa não sejam fornecidos ao conjunto dos deputados. Ou seja, é aquilo que eu disse: é maracutaia, é rolo. O detalhamento das acusações contra Fernando Pimentel, Otílio Prado, Mauro Borges e Carolina de Oliveira Pimentel o presidente da Assembleia colocou em uma gaveta e trancou, guardou com ele. Outro assunto tão grave que me chama atenção, Sr. Presidente... Eu gostaria que V. Exa. pudesse prestar atenção.

O presidente – Pois não, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues – Tenho outro assunto para tratar, presidente, tão grave, e eu gostaria muito... V. Exa. está presidindo a reunião neste momento. V. Exa. é a maior autoridade aqui, neste Plenário, neste momento.

O presidente – Estou prestando atenção, apenas fui atender ao colega. Desculpe pelo lapso.

O deputado Sargento Rodrigues – O.K. Está escrito na faixa: “Pimentel corta alimentação de pacientes com hanseníase. Colônia da Fhemig”. A presidente da associação, Sra. Mônica, trouxe o seguinte panfleto: “Pimentel – covarde”. Referindo-se ao ato de covardia dele ao cortar a alimentação, e o diretor da Polícia Legislativa disse a este deputado, textualmente, que isso não poderia entrar aqui nas galerias. Olhem o absurdo a que estamos chegando! Disse que era matéria ofensiva. Sabem o que é ofensivo? Ofensivo é Pimentel receber R\$45.000.000,00 de propina, deputado André Quintão, e guardar R\$12.000.000,00 numa quitinete. Isso é ofensivo à moralidade pública. E ainda, presidente, há aqui outro cartaz, com os seguintes dizeres: “Fora Pimentel, já”. Esse cartaz também foi recolhido pelo diretor da Polícia Legislativa, a mando do presidente Adalclever Lopes. Presidente Hely Tarquínio, eu nunca vi isso acontecer na Assembleia. Isso aqui faz parte da livre manifestação do pensamento, da liberdade de opinião, de expressão. Olhe aonde estamos chegando, deputado Bonifácio Mourão, o diretor de Polícia Legislativa não deixou o cidadão entrar, segundo ele, por ordem do presidente Adalclever Lopes. É um absurdo o que esse governador está fazendo com esta Casa. Está deixando a Casa de joelhos. Esses deputados precisam reagir. O presidente Adalclever Lopes tem de lembrar que ele não é presidente da assembleia do Pimentel. Ele é presidente do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais. E eu disse agora, há pouco, para o presidente: “Olha, presidente, esse processo de abertura, da forma como está sendo tocado pelo senhor, presidente, ao arrepio da lei, negando acesso aos 103 apensos que o STJ mandou para esta Casa vai causar um transtorno enorme”. Já encerro, presidente. Vamos ter, presidente, ao final dessa situação, muitos arranhões entre os parlamentares dentro desta Casa. Escreva o que estou falando. Muita gente vai sair arranhada por causa do bandido, do corrupto, do mau caráter governador Fernando Pimentel.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Obrigado, presidente Hely Tarquínio. Antes de discutir a ata, quero solidarizar-me com as pessoas da Colônia Santa Izabel e das colônias da Fhemig. Cortar a alimentação de pacientes com hanseníase? Estamos chegando ao fim. Depois colocar ao relento uma mulher grávida de seis meses é o fim do Estado de Minas Gerais. (– Manifestação nas galerias.) Quero fazer um apelo aos líderes da oposição para recebermos e conversarmos com essas pessoas. É essa a mulher? Estamos à disposição. Por favor, desça até o Plenário, pois queremos ouvir você. A Assembleia Legislativa não pode ficar omissa a uma situação como essa que aconteceu no Estado de Minas Gerais. Como disse bem o deputado Sargento Rodrigues, a Assembleia Legislativa representa essa mulher grávida, que foi retirada de uma casa, jogada pelo governador do Estado na rua. Representamos você, somos a sua voz, e não a do governador do Estado. Somos cidadãos de Minas Gerais e a sua voz. Desça aqui que os deputados da oposição – e espero que também os deputados da situação – querem ouvi-la. Você foi colocada na rua por este governo, um governo que não tem autoridade. Estamos vendo aqui o esforço para salvar o pescoço de um governador denunciado. É isso que quero reclamar nessa ata lida pelo deputado Doutor Wilson Batista. Não faz menção ao que falamos ontem. Está escrito aqui, na fl. 29: “Ministério Público Federal oferece denúncia em desfavor de Fernando Damata Pimentel, governador de Minas Gerais, pelos crimes de corrupção passiva e de lavagem de ativos”. É lavagem de dinheiro. Quando abrimos a fl. 31, vemos que está escrito: “Essa é a mesma situação dos fatos



considerados para o indiciamento de Fernando da Damata Pimentel e Benedito Rodrigues de Oliveira Neto no art. 2º, *caput*, e § 4º, II, da Lei nº 12.850, de 2013, que serão analisados no curso” de outro inquérito. São quatro inquéritos contra esse governador. O que eles querem é salvar o pescoço dele aqui. Mas a população de Minas Gerais está aqui e atenta contra esse governador. Sabem o que querem dizer esses artigos? Já perguntei isso aos nossos advogados aqui, deputados Sargento Rodrigues e Bonifácio Mourão. Sabem o que querem dizer esses artigos? Formação de quadrilha. Juntamente com ele, está aqui denunciado pelo crime de lavagem de ativos o Sr. Otílio Prado, secretário particular do governador Pimentel. E esta Assembleia se juntou para salvar o pescoço do governador corrupto. Agora estamos vivendo um teatro aqui. Quero saber das outras folhas, porque nos deram aqui só a denúncia. Queremos os apensos, queremos o que foi dito. Por que ele formou quadrilha? Como representantes da população, exigimos a documentação completa. Queremos tudo. Como ensina aqui o nosso jurista, deputado Dalmo Ribeiro Silva, somos julgadores desse caso. Ninguém julga sem dispor de todos os documentos. Presidente Hely Tarquínio e presidente Adalclever Lopes, exigimos toda a documentação que denuncia Fernando Damata Pimentel por formação de quadrilha, corrupção. Exigimos isso. É nosso direito, é direito da população de Minas Gerais. E aqui nem falamos em nome de governador. Falamos em nome da população de Minas Gerais, em nome de vocês. É isso. Sr. Presidente, gostaria que constasse na ata a minha fala de ontem cobrando a documentação que falta. Como representante da população de Minas Gerais, quero tudo a que tenho direito. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a nossa questão diz respeito ao ordenamento jurídico desta Casa. Para começar, gostaria de dizer que tenho ao meu lado o deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso grande amigo e eminente jurista, advogado. Sr. Presidente, o art. 131 do Regimento Interno da nossa Casa diz o seguinte: (– Lê:): “Os trabalhos das reuniões ordinárias e extraordinárias de comissão obedecem à ordem seguinte: 1 – c) designação de relator”, grifamos. Ora, designação, em regra, tem de ser em reunião de comissão. Qual é o objetivo disso? Para que os deputados, pelo menos os membros da comissão, tenham conhecimento. Mas o art. 135 do mesmo Regimento Interno permite, em casos necessários, que o presidente designe relator fora da reunião. Porém, ao designar relator fora da reunião... Está no art. 135, § 1º: “O presidente poderá designar relator antes da reunião, dando ciência do ato aos membros da comissão”. Muito bem. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Leonídio Bouças, designou relator o deputado Rogério Correia nesse processo – do qual todos já têm conhecimento – contra o Pimentel na segunda-feira, dia 7. Eu, deputado Bonifácio Mourão, sou membro da comissão, não tive conhecimento disso e tenho convicção de que outros deputados também não o tiveram. Vale dizer que se infringiu grosseiramente o Regimento Interno, conforme estou aqui a demonstrar. A seguir, no mesmo dia 7, segunda-feira, o então relator, deputado Rogério Correia, oficiou o Sr. Governador Fernando Pimentel a fazer a sua defesa perante esse processo. Vejam, senhoras e senhores, no mesmo dia 7 o governador respondeu. Estou falando isso não só porque o Regimento Interno está sendo grosseiramente desrespeitado, mas também porque o atropelamento é intolerável, o aqodamento é intolerável. Como é que pode o relator designado, fora dos ditames do Regimento Interno, conforme estou mostrando aqui, no mesmo dia oficial o governador e, na mesma hora, ele, com o ofício, responder a esta Casa? Ora, Sr. Presidente, já basta o que disse aqui o deputado Sargento Rodrigues, já basta o que disse aqui o deputado João Leite. Somos deputados, mas estamos, nesse processo do Pimentel, revestidos da condição de juizes. Nessa condição de juiz, da qual estamos revestidos, em face do ofício do Superior Tribunal de Justiça para esta Casa, não nos é facultado consultar as provas do processo. Falar para nós, juizes, que essas provas são segredo de Justiça não existe em direito. Advoguei, deputado Dalmo Ribeiro Silva, por 20 anos, e nunca vi isto em matéria alguma: juiz ser proibido de ver prova. A acusação fala que o governador cometeu corrupção ativa, lavagem de dinheiro e outros crimes comuns definidos no Código Penal em legislação especial – a denúncia do Ministério Público fala isso; a defesa fala que ele não cometeu; e nós, os juizes, temos de ver as provas para decidir se autorizaremos ou não. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, muita gente que defende o governador pode dizer assim: “Mas se trata de uma simples autorização ou não para ele ser processado”. É diferente, presidente. Se viesse aqui um pedido de autorização, por exemplo, num crime de trânsito, que é um crime leve, com leves lesões corporais, eu mesmo votaria por não dar autorização, embora eu abra a



preliminar que não depende dessa autorização, conforme art. 92, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado de Minas Gerais, que a dispensa, e da qual tive a honra de ser o relator. Emenda da deputada Sandra Starling, do PT, feita em 1989. Então esse artigo foi desrespeitado hostilmente. Só terminando, presidente, mas ainda assim cumprindo o ofício do Superior Tribunal de Justiça... Não há dúvida nenhuma quanto a isso. Já foi levantada essa questão, temos direito sagrado de ver as provas. Como é que o relator, deputado Rogério Correia, vai fazer o seu parecer sem conhecer as provas? Na denúncia, o Ministério Público faz referência às folhas quatro mil e tantas, três mil e tantas. Onde estão essas folhas, a que não temos acesso? Então, Sr. Presidente, termino agradecendo a V. Exa. e a todos os deputados, mas formularei formalmente essa questão relativa ao Regimento Interno, que está sendo atropelado; e a outra, relativa às provas a cujo acesso temos direito sagrado, já foi formulada, e estamos esperando a resposta.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

Correspondência

– O deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

“MENSAGEM Nº 213/2016*

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Nos termos da alínea “d” do inciso XXIII do art. 62 da Constituição do Estado, submeto à apreciação dessa egrégia Assembleia Legislativa o nome do Senhor Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam.

A referida fundação tem por finalidade desenvolver e implementar as políticas públicas relativas à mudança do clima, às energias renováveis, à qualidade do ar e do solo e à gestão de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, promover a aplicação de instrumentos de gestão ambiental, realizar ações, projetos e programas de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias ambientais e apoiar tecnicamente as instituições do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

O indicado tem qualificação profissional e experiência administrativa compatíveis com a área de atuação da fundação, preenchendo, assim, todos os requisitos para ocupar o cargo de Presidente.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Fernando Damata Pimentel, Governador do Estado.”

– À Comissão Especial.

* – Publicado de acordo com o texto original.

INDICAÇÃO Nº 40/2016

Indicação do nome de Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam.

– À Comissão Especial.

OFÍCIOS

Do Sr. Luiz Flávio Cortat, superintendente de Investigação e Polícia Judiciária, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.974/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Octávio de Almeida Neves, juiz de direito da Vara Agrária de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.601/2016, da Comissão de Participação Popular.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta fase, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.885/2016

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Ribeirão de Areia – Acra –, com sede no Município de Chapada Gaúcha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Ribeirão de Areia – Acra –, com sede no Município de Chapada Gaúcha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2016.

Deputado Paulo Guedes (PT)

Justificação: A Associação Comunitária Ribeirão de Areia – Acra – tem promovido, incentivado e investido em programas nas áreas de assistência social, saúde, educação e cultura na comunidade rural de Ribeirão de Areia, no Município de Chapada Gaúcha.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.886/2016

Institui a Semana Estadual de Valorização das Forças Armadas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Semana de Valorização das Forças Armadas, a ser celebrada, anualmente, no mês de setembro.

Parágrafo único – Na semana instituída por esta lei, serão desenvolvidos no Estado, especialmente nas escolas públicas, eventos com o fim de divulgação das ações destinadas à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, praticadas pelas Forças Armadas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2016.

Deputado Wander Borges (PSB)

Justificação: Denominam-se Forças Armadas o conjunto das forças militares de uma nação, que englobam os três ramos especializados correspondentes ao mar, à terra e ao ar, respectivamente, Marinha, Exército e Aeronáutica (Força Aérea). Trata-se de instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, destinando-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Ao Exército Brasileiro são atribuídas importantes competências, entre as quais encontram-se: colaborar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, manter-se permanentemente integrado à Nação e preservar as tradições, a memória e os

valores morais, culturais e históricos. Além disso, cabe ao Exército, em consonância com a estrutura político-estratégica da Nação, modernizar e racionalizar a estrutura organizacional, desenvolver uma doutrina dinâmica, moderna e ajustada à realidade brasileira, capacitar a força terrestre para atuar como eficaz instrumento de combate nos âmbitos externo e interno, etc.

Compete à Marinha do Brasil proteger, bem como promover a segurança da navegação no mar, nos rios e lagos nacionais. Constituem, ainda, atribuições dessa instituição promover a orientação e o controle da Marinha Mercante, prestar contribuições para a formação de políticas nacionais atinentes ao mar e às águas interiores, aplicar as leis e fiscalizar seu cumprimento no mar e nas águas interiores, zelar pelas fronteiras marítimas nacionais, prestar assistência a populações carentes em locais distantes, acessíveis somente por barco, e promover o desenvolvimento tecnológico em diversas áreas de atuação.

À Aeronáutica cabe defender o Brasil, impedindo o uso do espaço aéreo brasileiro e do espaço exterior para a prática de atos hostis ou contrários aos interesses nacionais. Apresentam-se como atribuições subsidiárias da Aeronáutica: cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, orientar, coordenar e controlar as atividades de aviação civil, prover a segurança da navegação aérea, contribuir para a formulação e a condução da política aeroespacial nacional, estabelecer, equipar e operar a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária, operar o correio aéreo nacional e cooperar na repressão a delitos transnacionais.

Diante de tão nobres e relevantes missões, concluímos que seja necessária a instituição de uma semana de divulgação do trabalho dessas importantes instituições, que merecem todo o nosso respeito, trabalhando com bravura para a defesa de nosso país e para o desenvolvimento nacional.

Destarte, apresento o projeto de lei em tela e aguardo, de meus nobres pares, o acolhimento necessário para sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 5.823/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Sr. Ricardo Matos Coelho pela posse como juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao congratulado, na Av. Bento Simão, nº 215, Bairro São Bento, Belo Horizonte, CEP 30350-750.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2016.

Deputado Léo Portela (PRB), vice-líder do Bloco Minas Melhor.

– À Comissão de Administração Pública.

REQUERIMENTO Nº 5.826/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com o Movimento Mineiro das Apaes, pelos seus 60 anos de atuação.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, na Rua Bueno Brandão, 14, Bairro Floresta, Belo Horizonte, CEP 31015-178.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2016.

Deputado Gilberto Abramo (PRB)



– À Comissão da Pessoa com Deficiência.

REQUERIMENTO Nº 5.830/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com a Rádio Difusora de Ouro Fino pelos seus 66 anos de existência.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Milton Lucca de Paula, diretor da Rádio Difusora de Ouro Fino, na Rua Silviano Brandão, 795, Centro, Ouro Fino, CEP 37570-000.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2016.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTOS

Nº 5.822/2016, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de informações, tendo em vista a recente licitação para concessão de linhas para o transporte coletivo, sobre a previsão de reajuste do preço das passagens, o percentual de aumento e suas razões.

Nº 5.824/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 61º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/11/2016, em Sabará, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.825/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 23º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/11/2016, em Divinópolis, que resultou na apreensão de drogas e balança de precisão; e seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.827/2016, da Comissão de Esporte, em que requer seja formulada manifestação de aplauso ao Sada Cruzeiro pela conquista do tricampeonato no Mundial de Vôlei 2016.

Nº 5.828/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar pedido de providências para averiguar os fatos divulgados pelo jornal *O Tempo* no dia 1º/11/2016, em que um policial militar é flagrado revistando um jovem de forma irregular.

Nº 5.829/2016, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Paracatu pedido de providências para agilizar a tramitação do Inquérito Policial nº 38311984, que apura o atentado praticado contra Rafaela Xavier Luiz, em fevereiro de 2015.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Administração Pública, de Transporte e de Minas e Energia.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos da Escola Estadual José Rodrigues Betim, de Ibitiré. Estejam à vontade entre nós. Assistam aos trabalhos da Casa e tenham uma ideia de como funciona o Poder Legislativo.

Oradores Inscritos

– Os deputados Noraldino Júnior, Glaycon Franco e Vanderlei Miranda proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 5.822/2016, da Comissão de Defesa do Consumidor, 5.827/2016, da Comissão de Esporte, e 5.828 e 5.829/2016, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões:

de Administração Pública – aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 8/11/2016, do Requerimento nº 5.729/2016, do deputado Leonídio Bouças;

de Transporte – aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 8/11/2016, dos Projetos de Lei nºs 2.810/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, 3.531/2016, do deputado Tito Torres, e 3.590/2016, do deputado Cabo Júlio, e dos Requerimentos nºs 5.730/2016, do deputado Leonídio Bouças, 5.738/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, 5.745/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, e 5.776/2016, da Comissão de Administração Pública;

e de Minas e Energia – aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, em 9/11/2016, dos Requerimentos nºs 5.559/2016, do deputado Duarte Bechir, 5.647/2016, do deputado Gil Pereira, e 5.731/2016, do deputado Leonídio Bouças (Ciente. Publique-se.).

Questões de Ordem

O deputado Felipe Attiê – Dr. Hely, nosso querido presidente, grande médico do povo do Alto Paranaíba, que, com sua experiência, tem dado vazão aos problemas da nossa Assembleia. Infelizmente eu me inscrevi na hora em que a reunião ainda não estava em andamento, para discussão da ata, e minha inscrição caiu quando fui me despedir do nosso grande prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, que está visitando as autoridades de Belo Horizonte. Ele foi prefeito eleito na cidade de Uberlândia e tomará posse em 1º/1/2017. Quero saudar e registrar sua presença nesta Casa hoje, com o presidente Adalclever; ontem, com o presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Herbert; e hoje, no Tribunal de Contas. O Odelmo está fazendo uma peregrinação pelas autoridades, em visita de cordialidade, para solicitar ajuda e apoio no futuro governo que exercerá na cidade de Uberlândia, já que é um representante de todos. Sr. Presidente, quero dizer que estamos perplexos com esse processo que está na Casa, do governador Fernando Pimentel. Não temos acesso, pois estão trancadas no cofre da Polícia Legislativa, debaixo de sete chaves, com segredo especial, as partes que estão em segredo de Justiça. Devemos emitir um parecer se autorizamos o governador a ser processado ou não. Neste momento, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, está o advogado do governador fazendo a sua defesa, Dr. Eugênio Pacelli. Um advogado caro, de milhões de reais, advogado bom, defendendo S. Exa., o governador do Estado, na comissão. Quem ouve até pensa que o governador não deve nada. Quero dizer o seguinte. Essa farsa que está acontecendo na Assembleia vai custar caro para quem a está patrocinando. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça nomeou o deputado Rogério Correia para



emitir parecer se esta Casa aceita ou não que um processo de corrupção e lavagem de dinheiro, que o governador responde por meio de inquérito feito pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, e aceito pelo ministro Herman Benjamin, no STJ, deve continuar ou ser engavetado. A Assembleia deve dizer sim, continua, e a Justiça apura; ou não, e a Justiça não apura, enquanto ele for governador do Estado. Sr. Presidente, isso é uma coisa que nos preocupa, porque o deputado Rogério Correia, indicado pelo deputado Leonídio Bouças, não tem a isenção. É um petista da gema, é um petista de carteirinha, é aquele que representa muito bem a esquerdofrenia brasileira neste país. Ligado a sindicatos, a invasor de terra, a tudo quanto é escambau, é um petista puro-sangue. Tenho certeza de que o relatório que esse deputado vai emitir será em favor do governador do Estado. Eu chamo esse relatório do deputado Rogério Correia de relatório do fim do mundo. Sabem como ele abrirá esse relatório, povo de Minas Gerais? “Não vai ter golpe em Minas Gerais.” Sr. Presidente, é um absurdo uma coisa dessa. “Não vai ter golpe” será a inicial do seu relatório. Depois ele vai dizer nas linhas que a culpa disso tudo é da Polícia Federal, é do PSDB, que a Polícia Federal é tendenciosa. Vai pedir até o indiciamento da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República, que acusou o governador. Vai dizer que o STJ abusou ao aceitar a denúncia contra o governador, recheada de provas. Além disso, no final, ainda deve pedir a canonização do Sr. Pimentel como governador de Minas. A canonização! Porque é um santo! Tenho certeza de que é um relatório eivado de vícios insanáveis e tendencioso. É ridículo esperarmos para ver o relatório desse deputado. Então, presidente, realmente estamos afoitos e revoltados com isso, porque não há idoneidade. Isso aqui virou o jogo da maioria contra a minoria. A Assembleia quer é impedir que a Justiça aja; quer colocar o governador em uma caixa-forte, em um escudo para que se esconda atrás e vá até o final do mandato sem responder pelos crimes que cometeu em Brasília. Queria ver Eugênio Pacelli vir aqui para falar sobre o que Pimentel fez no Ministério do Desenvolvimento Econômico, não para defendê-lo dessas escabrosas denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro. Queria ver! Queria ver quais foram os benefícios alcançados pelo homem que tinha o dever de comandar o Ministério do Desenvolvimento Econômico deste país. Vejam: o desenvolvimento econômico! O emprego, a renda, novos impostos para os senhores prefeitos, novos impostos para o crescimento da economia! Mas o governador ficou fazendo o que no Ministério do Desenvolvimento Econômico? Ficou fazendo esquemas e falcruas. Foram R\$20.000.000,00 no setor automotivo, com a Caa. Isso, em vez de fazer uma reforma no sistema automotivo brasileiro. Não precisamos mais de carros 1.000, mas de carros flex híbridos, até porque hoje, na Ásia e na Europa, já há carros 100 cilindros que fazem 30km com 1 litro. São 30km com 1 litro, e o motor é de 100 cilindros. Esse negócio de 1.000 já era; precisamos reformular todo o sistema automotivo e mudar as alíquotas de tributação. Mas o governo intervém e torna o Brasil novamente um País em que os carros vão ficando defasados. Pior é que, se ele já tivesse priorizado o carro flex híbrido, com as baterias elétricas, estaríamos importando menos combustível. Então, ele nunca pensou no desenvolvimento, mas em montar um esquema para arranjar dinheiro e ser governador de Minas. Ficou com a burra cheia, fazendo negociatas nada republicanas, sem nunca pensar nos problemas de desenvolvimento econômico do Brasil. Não temos um porto para o Pacífico. O Brasil está no fim do mundo. A Coreia, de onde ele recebeu a propina da Caa, representante Hyundai, está a 18.000km do Brasil, enquanto está a 8.700km dos Estados Unidos e a 9.500km da Europa. O Brasil é o fim do mundo! E isso se considerarmos uma linha reta, passando pela Colômbia e pela Bolívia e chegando ao Rio de Janeiro. Porque, se, da terra do fim do mundo, formos de navio ou pelo canal do Panamá, serão mais do que 18.000km. Os brasileiros não estão enxergando isso: a Ásia vai se transformando no centro do mundo. Nosso principal parceiro econômico não são mais os Estados Unidos da América, mas a China. Eles vão dominar o mundo, e estamos no fim do mundo! Mas esse governador, quando ministro da Dilma, pelejou para fazer algum porto no Peru, para usarmos por 100 anos? Preocupou-se em fazer ferrovias que liguem Minas, São Paulo e Mato Grosso ao Pacífico – uma rodovia transoceânica? Nada! Não fez projeto algum; não fez nada a não ser encher o bolso para ganhar a eleição para governador. Então, é uma vergonha o que faz esta Casa. Estão tentando massacrar a oposição e não nos dão direito de resposta, como fazem com os requerimentos que o Sargento e outros deputados apresentam. E querem levar a coisa no roldão, com esse relatório do fim do mundo, de Rogério Correia, que vai canonizar Pimentel como se fosse um santo, pedindo para que ele não sofra nada. Escutem o que estou dizendo! Isso é uma vergonha, e não vamos aceitar. Vamos resistir bravamente! Escutar esse advogado, que ganha milhões do Sr. Pimentel para dizer que está tudo



certo, que está tubo bem, que isso ou aquilo é invenção da Polícia Federal? O pior de tudo é dizer isso com o bom direito português, oriundo de Roma, que, por ser português, sempre dá uma brecha, uma saída para tirar o bandido pela porta dos fundos, principalmente o bandido rico. Então, é uma vergonha. Não vamos aceitar isso. Não vamos aceitar esse falso relatório. Fica o nosso protesto e a nossa luta para que o direito seja exercido e o governador responda na Justiça o que tem de responder. É o que a Assembleia tem de fazer: entregar para a Justiça; devolver para a Justiça o que a Justiça pôs aqui. Muito obrigado.

O deputado Geraldo Pimenta – Sr. Presidente, membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores, meus amigos e minhas amigas, mineiros e mineiras, primeiramente, eu gostaria de fazer uma sugestão à Mesa: para que esta Casa avaliasse a criação de uma tribuna livre para garantir a palavra ao pessoal das galerias. Acho que seria muito interessante. (– Manifestação nas galerias.) Acho que a gente tem de garantir o acesso à palavra para as pessoas das galerias, mas também acho que as galerias têm de garantir a palavra ao deputado. Então gostaria de pedir às galerias que tenham o bom senso de nos ouvir. Quero, Sr. Presidente, cumprimentá-lo pelos 50 anos do exercício da medicina. Mesmo neste ano, que a gente sofre com o descaso à saúde, temos o senhor, com 50 anos de exercício da medicina. Portanto, quero lhe transmitir os meus cumprimentos. Quero também dizer, meus amigos, que há poucos minutos vi uma faixa denunciando o caso de uma mulher grávida, que foi expulsa de sua casa na colônia de Três Corações. Eu gostaria de dizer que conheço muito bem o caso. Ela, a Michele, já foi ouvida na Comissão de Saúde, da qual participo, já foi ouvida na Comissão de Direitos Humanos, de cuja audiência participei com ela. Estive também em algumas outras audiências em que essa questão foi discutida. Estive na Cemig para cobrar, do Jorge Nahas, medidas para resolver tal situação. A gente participa da base do governo, mas também, presidente, não concordamos com agressões desse tipo, e por isso fico muito satisfeito de ter encontrado o secretário Nilmário Miranda ali fora, há poucas horas. Ele afirmou para a Michele, e para nós, que a Comissão de Direitos Humanos e a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos já visitaram Três Corações e que o Estado vai garantir a moradia digna para a Michele. Conheço a Michele há muitos anos. Ela morava na Colônia Santa Izabel e hoje mora na colônia de Três Corações. A casa foi visitada e a moradia será garantida à Michele. É isso que a gente cobra do governo, é isso que a gente cobra das secretarias de habitação e de direitos humanos. Quero também dizer que estive, há poucos minutos, no Espaço José Aparecido, onde se realiza uma audiência da Comissão de Direitos Humanos. Estavam presentes lá vários trabalhadores rurais sem terra. Quero aproveitar e manifestar o nosso repúdio à agressão que esse pessoal sofreu na Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo, com a polícia adentrando a escola, prendendo e humilhando trabalhadores. Eu quero também dizer que é um absurdo esse governo criminalizar o movimento sindical, o movimento comunitário, o movimento social, meus amigos. Quero dizer que não é possível que UNE, Ubes, UJS, que ajudaram a construir o Enem, ajudaram a construir as universidades, a ciência, a tecnologia, sejam hoje agredidas e criminalizadas por lutar e defender a discussão do ensino médio. Não será com medida provisória que resolveremos a reforma tão necessária para o ensino médio. Penso que tem de ser um projeto de lei debatido com todo mundo. Esta Casa também precisa debater isso. Por último, quero protestar contra a PEC nº 241, que virou a PEC nº 55, que agride os trabalhadores, a saúde, a educação e desmonta a Rede de Proteção Social, construída a duras penas por este Brasil, na Constituição de 1988. Dinheiro da saúde! Sou médico e há 30 anos vejo o sofrimento pelo qual passamos com o subfinanciamento da saúde. Agora, em vez de um acréscimo no financiamento da saúde, vem o congelamento por 20 anos das verbas da saúde. Portanto, Sr. Presidente, ficamos muito tristes com esse cenário. É preciso criar alternativas para garantirmos mais financiamento para a saúde; que não se desmonte o serviço público e não se aprove a PEC nº 55, a PEC da Morte. Realmente morrerá muita gente por falta do atendimento a direitos humanos básicos. Essa é a minha fala. Muito obrigado.

O deputado Doutor Wilson Batista – Sr. Presidente, serei bem breve. Só gostaria de dizer à Casa para fazermos uma reflexão sobre esse processo. Como disse o deputado Bonifácio Mourão, estamos aqui como juízes. Acredito que esta Casa, ao fazer papel de juiz... Creio que nem todos aqui estão preparados para serem juízes. Obviamente, Sr. Presidente, que, nesta Casa, existem devoções a partidos e a bandeiras partidárias. Quando essa devoção substitui os valores da consciência de cada deputado, acredito que a mente, ou seja, a inteligência naufraga e eles não conseguirão ser imparciais para fazerem um julgamento como esse. Comparo isso



até a uma torcida de futebol. De um lado temos a torcida de um time; e, do outro, a do time rival. Se a pessoa for julgada pelos torcedores rivais, qual será o resultado? Condenação. Se for julgada pela torcida companheira, será absolvida. Tenho certeza absoluta de que, nesta Casa, não há nem cinco, ou seja, nem uma mão cheia de deputados imparciais; todos são partidários, devotos de partidos. Logo, será um julgamento parcial. Então, isso não deveria estar aqui hoje para que a Assembleia avalie e faça o julgamento. Até porque existem segredos de justiça, que foram impostos pelo Supremo, dos quais teremos de abrir mão. Não conhecemos o processo na sua profundidade, na íntegra, então, como vamos poder julgar? Vamos fazer um julgamento meramente político, convictos, com as bandeiras partidárias. Não haverá sequer imparcialidade. Vai ser uma devoção a partidos. Tenho certeza de que é isto que a sociedade brasileira está condenando hoje: essa devoção a partidos. Falo isso porque acredito que sou um dos únicos deputados, ou melhor, um dos poucos deputados imparcial. Em 2006 participei por um partido; em 2010, por outro; e, em 2014, por outro. Não sou devoto a nenhum partido e tenho certeza de que os governos passarão, mas quem permanecerá serão os eleitores com suas angústias. Gostaria que a Casa e a própria sociedade também refletissem: será que afastar hoje um governo que está na metade, substituí-lo, propor uma paralisação para Minas Gerais, com tantas dificuldades que o Estado está enfrentando, ou seja, propor isso hoje, com um julgamento de deputados que têm os seus interesses políticos e partidários, seria justo para o povo de Minas Gerais, que elegeu um governo em primeiro turno? Será que seremos capazes de condenar essa eleição? Será que vamos perpetuar campanhas políticas e não dar valor aos mandatos que foram escolhidos democraticamente? É essa a nossa dúvida. Ainda tenho de compartilhar isso com os eleitores porque todos nós fomos eleitos para representá-los, e aqui não é a arena própria para fazer julgamentos. Tenho certeza de que, além de sermos parciais e defendermos os nossos interesses, não temos ainda conhecimento na íntegra do processo. Então, a pergunta que faço é: será que esta Casa está preparada para fazer o papel do Judiciário? Até quando esse desequilíbrio entre os Poderes continuará em nossa sociedade? O Judiciário, às vezes, abre mão e passa para o Legislativo ter uma decisão como essa. Certamente precisamos nos aprofundar nesse debate, principalmente com a sociedade, para saber se o que decidirmos aqui será verdadeiramente o sentimento da maioria do povo de Minas Gerais. Essa é a minha questão de ordem.

O deputado João Leite – Peço o encerramento, de plano, da reunião, Sr. Presidente. Não há quórum, como se pode ver.

O deputado André Quintão – Recomposição de quórum, Sr. Presidente. Pedi a contagem dos deputados na Comissão de Constituição e Justiça porque me parece que já há 20 deputados.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 19 deputados, que, somados aos 17 em comissão, totalizam 36 parlamentares. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao deputado André Quintão. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 22 minutos. Com a palavra, o deputado André Quintão.

– O deputado André Quintão profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Fase

O presidente (deputado Braulio Braz) – Esgotado o prazo destinado a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

O deputado João Leite – Presidente, pedi o art. 164. O deputado Paulo Guedes foi desrespeitoso. Desequilibrado é ele ao citar o meu partido. Art. 164.

O presidente – Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado João Leite.

– O deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O deputado João Leite – Sr. Presidente, peço o encerramento, de plano, da reunião, por falta de quórum.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente, peço a recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 10 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 10, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/7/2016

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Antônio Jorge (substituindo o deputado Glaycon Franco), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Iran Barbosa. O presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.966/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Carlos Pimenta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 197/2015 (relator: dep. Doutor Jean Freire, em virtude de redistribuição) na forma do Substitutivo nº 2; 494/2015 (relator: dep. Doutor Jean Freire, em virtude de redistribuição) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; – neste momento, registra-se a presença do deputado Geraldo Pimenta – 1.023/2015 (relator: dep. Antônio Jorge) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; 3.022/2015 (relator: dep. Geraldo Pimenta, em virtude de redistribuição) com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 528/2015 (relator: deputado Arlen Santiago) na forma do vencido no 1º turno; pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.953/2015 (relator: deputado Doutor Jean Freire) na forma do Substitutivo nº 2; 3.184/2016 (relator: deputado Doutor Jean Freire) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; e 3.489/2016 (relator: dep. Antônio Jorge, em virtude de redistribuição); e pela rejeição, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.954/2015 (relator: deputado Geraldo Pimenta). O Projeto de Lei nº 3.017/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Antônio Jorge. Na fase de discussão dos pareceres: do relator deputado Antônio Jorge (em virtude de redistribuição), que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 207/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, é concedida vista do parecer ao deputado Arlen Santiago; e do relator deputado Arlen Santiago, que conclui pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 2.074/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, e 367/2015, no 2º turno, que conclui por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, é concedida vista do parecer ao deputado Doutor Jean Freire. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.554/2016 e 3.584/2016 (relator: deputado Doutor Jean Freire), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.



Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 6.704 a 6.707, 6.709 a 6.713, 6.715, 6.716 e 6.718 a 6.720/2016. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 6.762/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a liberação da 2ª e 3ª parcelas referentes à Resolução SES/MG nº 3.771/2013, para a continuidade da obra da unidade básica de saúde do Bairro Santa Rosa, no Município de Sarzedo, que se encontra paralisada;

nº 6.763/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Junta de Intervenores do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – Recivil –, em Belo Horizonte, pedido de informações sobre a quantidade de atestados de óbito emitidos no período de 2014 a 2016 cuja causa da morte seja a dengue;

nº 6.764/2016, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a liberação da 2ª e 3ª parcelas referentes à Resolução SES/MG nº 3.561/2012, para a continuidade da obra da Unidade Básica de Saúde Imaculada Conceição, no Município de Sarzedo, que se encontra paralisada;

nº 6.765/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a folha de pagamento dos servidores concursados e contratados do Samu Macro Norte, incluindo as gratificações dos anos de 2015 e 2016;

nº 6.766/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Controladoria-Geral do Estado pedido de providências para a criação de um portal de transparência do Samu no Estado, especialmente do Samu Macro Norte;

nº 6.767/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Controladoria-Geral do Estado pedido de providências com vistas a auditar as contas do Samu Macro Norte e as contratações realizadas por esse serviço;

nº 6.768/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Controladoria-Geral da União pedido de providências para que realize auditorias nos convênios celebrados pelo Ministério da Saúde no Estado para a implantação e manutenção Samu Macro Norte;

nº 6.769/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater problemas administrativos ocorridos nas gestões atual e passadas do Samu Macro Norte, bem como suposto assédio moral sofrido por servidores dessa instituição que participaram de campanha de reivindicação por melhorias salariais e de carreira;

nº 6.770/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater a política de insumos e medicamentos para pacientes diabéticos, com a presença do superintendente de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado de Saúde, Sr. Homero Cláudio Rocha Souza Filho.

Em seguida, são aprovados os seguintes relatórios de visita: ao Conselho Estadual de Saúde, realizada em 9/5/2016; a hospitais de Barbacena (3), realizadas em 10/5/2016, e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 5/7/2016, que seguem publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, no dia 13/7/2016, às 9h30, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Jean Freire – Geraldo Pimenta.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Saúde

Local visitado: Conselho Estadual de Saúde

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 368/2015, do deputado Arlen Santiago, esta comissão visitou, no dia 9/5/2016, o Conselho Estadual de Saúde, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher informações e demandas do órgão sobre a saúde pública no Estado.

Participou da visita o deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, que foi recebido pelo vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde, Ederson Alves da Silva, e pelos conselheiros José do Carmo Fonseca, representante dos prestadores de serviços; Jurandir Ferreira, representante dos usuários; Lourdes Machado, representante do Conselho Regional de Psicologia; e Renato Barros, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde-MG.

Relato

O Conselho Estadual de Saúde foi criado com base na Lei Federal nº 8.142, de 1990, que regulamentou a inserção da sociedade no controle e acompanhamento das políticas de saúde, bem como previu a atuação dos conselhos de saúde e a realização de conferências de saúde. Organizado segundo o disposto no Decreto nº 45.559, de 2011, o conselho está sediado no Centro de Belo Horizonte.

Os conselhos de saúde são definidos como órgãos permanentes e deliberativos compostos por representantes do governo e dos prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, e atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. Algumas de suas atribuições são: traçar diretrizes da política estadual de saúde e seu controle; examinar e encaminhar propostas, denúncias e queixas; acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento de ações e serviços de saúde; propor a convocação da Conferência Estadual de Saúde; e aprovar o Plano Estadual de Saúde e os planos municipais encaminhados pelos respectivos conselhos municipais de saúde.

A visita ocorreu durante a 507ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde que, embora não contasse com a presença do representante da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, teve a seguinte pauta: “Exposição, pela Fhemig, sobre a atual política institucional da fundação e a política de longo prazo; investimentos atuais e futuros de cada unidade da Fhemig; contratualização com as prefeituras: estágio atual dos serviços prestados e contratados; estratégia a médio e longo prazo; dívidas pendentes; situação atual dos terrenos de propriedade da Fhemig; política de recursos humanos da Fhemig; política de estágios e residências para a formação e qualificação de profissionais, por unidade; sistema de gestão hospitalar da Rede Fhemig; denúncias relativas ao Hospital Infantil João Paulo II e Hospital Alberto Cavalcanti; possível aplicação dos protocolos clínicos da Fhemig nos estabelecimentos de saúde conveniados com o SUS”.

No decorrer da reunião, alguns conselheiros abordaram questões como a desarticulação do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental – PAI-PJ –, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG; o fim da greve dos servidores da Secretaria de Estado de Saúde e da Fundação Hemominas; a não nomeação dos aprovados no último concurso da Secretaria de Estado de Saúde; e a regulamentação da lei sobre parcerias entre organizações da sociedade civil e os governos.

Em seguida, os conselheiros passaram a palavra ao deputado Arlen Santiago, que avaliou sua presença no conselho, no papel de presidente da Comissão de Saúde, como um indício da integração entre os dois órgãos. O parlamentar ressaltou a importância da participação do conselho nas audiências da Comissão de Saúde que, segundo ele, têm contribuído muito nas discussões sobre a situação da saúde no Estado. Mencionou alguns problemas recorrentes na saúde, como o sucateamento da Fhemig e o descaso da instituição com as ex-colônias de hansenianos; a desatualização dos valores da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde;



e a falta de credenciamento de leitos de UTI pelo governo federal. O deputado destacou ainda o fato de o orçamento da área da saúde para 2016 não ter sido enviado em tempo hábil para a análise do Conselho Estadual de Saúde em 2015. Por fim, criticou a atuação da secretaria, que não resolveu as questões da Fhemig, e ponderou que não há boa interlocução com a fundação.

O vice-presidente do conselho, Ederson Alves da Silva, agradeceu a presença do deputado e solicitou apoio ao projeto de lei que o conselho vai encaminhar à Assembleia Legislativa para alterar sua própria organização, nos termos da Resolução do Conselho Nacional nº 453, de 10/5/2012, que aprovou diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos conselhos de saúde.

Conclusão

Durante a visita, o parlamentar ouviu os conselheiros sobre diversas demandas na área da saúde e sugeriu que fosse realizada uma audiência pública na Comissão de Saúde, com a presença de representantes do Conselho Estadual de Saúde e do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental, para debater os cortes efetuados no programa, que podem reduzir seu atendimento apenas à Comarca de Belo Horizonte.

A visita foi profícua no sentido de fortalecer a integração entre a Comissão de Saúde e o Conselho Estadual de Saúde, o que contribui para o bom desenvolvimento dos trabalhos em ambas as instâncias.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2016.

Arlen Santiago, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Saúde

Local visitado: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 645, de 2015, do deputado Arlen Santiago, a Comissão de Saúde visitou, em 5/7/2016, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, com a finalidade de debater a possibilidade de financiamento a hospitais filantrópicos.

Participou da visita o deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde. O parlamentar foi recebido pelo diretor-presidente da instituição, Sr. Marco Aurelio Crocco Afonso, e por sua equipe, composta pelas Sras. Manuela Cardoso Leitão, analista de *marketing*, e Danielle Maroca, gerente de suporte a negócios do BNDES; e pelos Srs. José Xisto de Campos, gerente-geral de desenvolvimento de produtos, e Flávio Franzoni Furlan.

Relato

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais integra a rede de agentes de desenvolvimento que trabalha para viabilizar o desenvolvimento da economia mineira, junto com o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais, a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais e a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

O banco tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável e competitivo do Estado, com geração de mais e melhores empregos e redução das desigualdades.

A atuação da instituição é guiada por três pilares: ser referência em soluções financeiras para empresas que querem crescer com inovação e sustentabilidade; ampliar e facilitar o acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas; e ser parceiro do Estado e dos municípios, apoiando a implementação de projetos e políticas públicas, incluindo a atração de investimentos.

O deputado Arlen Santiago iniciou a visita apresentando um panorama da situação pela qual os hospitais filantrópicos estão passando, com dívidas que vão de 70 milhões de reais, como é o caso do Hospital da Baleia, a 120 milhões de reais, situação da Santa Casa de Belo Horizonte. Em seguida, o presidente da Comissão de Saúde entregou ao presidente do BDMG documentos do Conselho Federal de Medicina e do Ministério Público do Estado sobre a situação do financiamento da área de saúde pública.

O Sr. Marco Crocco discorreu sobre o Programa de Financiamento a Hospitais Filantrópicos do BDMG, realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, que tem o objetivo de promover a reestruturação financeira dos hospitais. Os recursos do financiamento são provenientes do BNDES e deverão ser utilizados para o pagamento das dívidas bancárias das unidades de saúde. Segundo o diretor-presidente do banco, serão destinados cerca de 130 milhões de reais para os hospitais filantrópicos do Estado que atendam pelo Sistema Único de Saúde – SUS –, disponham de mais de 100 leitos e tenham faturamento bruto anual superior a 10 milhões de reais. Crocco acrescentou que o edital do programa de financiamento é vinculado a uma política pública e que estão em análise 15 projetos para a renegociação da dívida dos hospitais filantrópicos, levando-se em conta critérios como ocupação mínima dos leitos SUS de 50%, atuação na Rede de Urgência e Emergência e no programa estadual Pro-Hosp. O presidente do BDMG complementou que os projetos são voltados aos hospitais mais essenciais ao atendimento pelo SUS, segundo avaliação da Secretaria de Estado da Saúde. Marco Crocco informou, contudo, que muitas entidades não conseguiram se adequar ao edital por não terem certidões ou proposta de reestruturação financeira compatível com o exigido. Segundo ele, a previsão é que o processo seja encerrado em agosto, quando será divulgado o resultado do programa.

O deputado Arlen Santiago argumentou que atualmente a dívida dos hospitais filantrópicos perfaz aproximadamente 2 bilhões e 200 mil reais, e que os cerca de 130 milhões disponibilizados no programa seriam insuficientes para atender esse segmento. Além disso, o parlamentar pontuou que os juros cobrados nas linhas de crédito oferecidas seriam inviáveis para essas instituições.

Crocco concordou com o parlamentar e afirmou que emprestar dinheiro para hospitais não é tabu no BDMG, uma vez que a garantia do banco nesses casos é o recebível do SUS. Acrescentou que para conseguir taxa de juros mais baixa seria necessário buscar outro *funding* (ou provedor de recursos financeiros).

Além disso, o presidente informou que esse seria o primeiro passo de uma linha de crédito direcionada a hospitais e que é necessário aguardar a nova política do BNDES, em virtude do pacote do Ministério da Fazenda do governo interino, por meio do qual houve redução dos empréstimos.

Diante dessa ressalva, o presidente da Comissão de Saúde sugeriu a Crocco que solicitasse ao governo do Estado a criação de um fundo com recursos a fundo perdido para equalizar a taxa de juros do programa.

Conclusão

As informações prestadas ao deputado pelo diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Sr. Marco Aurelio Crocco Afonso, e por sua equipe foram elucidativas. O parlamentar considerou a visita proveitosa, e positiva a abertura da instituição ao diálogo com o Parlamento mineiro.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2016.

Arlen Santiago, relator.



RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Saúde

Local visitado: Hospital Regional de Barbacena

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 1.705/2015, do deputado Arlen Santiago, esta comissão visitou, no dia 10/5/2016, o Hospital Regional de Barbacena Dr. José Américo, com a finalidade de conhecer *in loco* as condições de trabalho dos funcionários e os problemas estruturais da entidade.

Participou da visita o deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, que foi recebido pelo Sr. Aldo Peixoto de Melo, gerente assistencial do Hospital Regional de Barbacena. Também acompanharam a visita os Srs. José Orleans da Costa, secretário municipal de Saúde de Barbacena, Robson Campos Vidigal, superintendente da Macrorregião Sanitária Centro-Sul, Arinos Brasil Goulart Filho, presidente da Associação Médica de Barbacena, e representantes da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais do Estado de Minas Gerais – Asthemg.

Relato

O Hospital Regional de Barbacena Dr. José Américo foi inaugurado em setembro de 2005 e presta serviços especializados a uma região com 53 municípios e cerca de 720 mil habitantes. Integra a rede de hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e é referência em cirurgias ortopédicas, de traumas e bucomaxilofacial. Conta com 75 leitos ao todo, incluindo os de internações em clínica médica, clínica cirúrgica, cirurgia bucomaxilofacial e CTI adulto. A unidade realiza exames e presta serviços de média e alta complexidades, como eletroencefalografia, fisioterapia, fonoaudiologia, ortopedia de média complexidade, ultrassonografia, suporte nutricional enteral e parenteral, cirurgia geral de urgência, laboratório clínico e UTI Móvel.

O Hospital Regional de Barbacena é o único hospital 100% Sistema Único de Saúde em funcionamento na região a trabalhar com politraumas. Presta cerca de 12.000 atendimentos por mês no pronto-atendimento e oferece aproximadamente 210 internações mensais, com taxa de permanência média de 12 dias e 94% de taxa de ocupação.

Durante a visita, o deputado Arlen Santiago conduziu a conversa com as pessoas presentes, as quais expuseram a situação atual do Hospital Regional de Barbacena, consubstanciada nas seguintes queixas:

- Falta de diálogo da direção central da Fhemig com as unidades hospitalares da rede, o que dificulta a operacionalização dos serviços e a solução de problemas;
- Falta de reposição de funcionários aposentados ou exonerados, o que sobrecarrega as equipes de saúde;
- Falta de insumos básicos;
- Déficit de leitos de CTI adulto e neonatal na região, uma vez que há aproximadamente quatro anos o governo federal não credencia leitos novos, o que está impactando no índice de morbimortalidade da região;
- Necessidade de sensibilizar os deputados da região quanto à destinação de emendas parlamentares para o Hospital Regional de Barbacena, tendo em vista as dificuldades de financiamento enfrentadas tanto no âmbito estadual quanto no federal;
- Necessidade de rediscutir o Plano Diretor de Regionalização em Saúde – PDR – para viabilizar a redistribuição das microrregiões e macrorregiões de saúde, tendo em vista que municípios próximos a Ponte Nova estão sendo referenciados para Barbacena, o que dificulta o acesso ao atendimento devido ao aumento do tempo de deslocamento dos pacientes;
- Necessidade de viabilizar a construção do *bunker* para o serviço de radioterapia do hospital. Há um recurso em caixa que foi disponibilizado pelo Ministério da Saúde, mas com a alta do dólar ele não será suficiente para concluir a obra;



– Reativação do convênio firmado com a Secretaria Estadual de Saúde em 2014 para adequação do prédio do Hospital Regional, a qual contemplaria a construção de novos leitos de CTI. As obras chegaram a ser iniciadas, mas foram suspensas, devido à falta de aporte de recursos do citado convênio. Segundo o deputado Arlen Santiago, o valor desse convênio gira em torno de R\$16.000.000,00 e ele já está fazendo gestão com a Secretaria de Estado de Saúde para que os recursos sejam enviados e para a contratação de profissionais de saúde para o Hospital Regional;

– Redução do número de contratados e realização de concursos públicos para formar um quadro de servidores efetivos, diminuindo, assim, a rotatividade de funcionários;

– Necessidade de aumento do número de leitos de retaguarda na região para encaminhar os pacientes após o atendimento de urgência e emergência;

– Quadro insuficiente de técnicos para trabalhar em regime de plantão no serviço de tomografia do hospital, o que leva à contratação de clínicas particulares para executarem os exames. Essa conduta vem criando uma despesa extra para o hospital, o que não é razoável, pois o tomógrafo que poderia ser utilizado permanece ocioso em determinados horários;

– Diminuição dos abonos pagos aos funcionários, os quais são complementados pela Secretaria Municipal de Saúde, que arca inclusive com os custos da contratação de profissionais para o plantão no serviço de urgência e emergência;

– Necessidade de realização de um fórum com a participação de usuários, gestores e profissionais de saúde, a fim de encontrar soluções para os problemas enfrentados pela rede Fhemig;

– Excesso de burocratização por parte do Hemominas no processo de aprovação do projeto de implantação do posto avançado de coleta de sangue – PAC – em Barbacena. De acordo com os presentes, há 3 anos o Município de Barbacena vem tentando apresentar o projeto da obra do PAC, mas sempre há um pedido novo de adequação a ser feito pela direção do Hemominas, o que está atrasando o início das obras;

– Necessidade de troca das camas dos leitos de clínica e de CTI do hospital que, segundo os funcionários, estão obsoletas e danificadas e, devido à dificuldade em seu manuseio, vêm causando problemas ergonômicos a eles, bem como afastamento do trabalho. Além disso, os funcionários relataram também a falta de cadeiras de banho em número adequado para atender os pacientes internados e a necessidade de aquisição de um aparelho reserva de eletrocardiograma para substituir o aparelho em uso em caso de problema técnico.

Com base nos fatos apresentados durante a visita, o deputado Arlen Santiago sugeriu as seguintes providências:

– Levantamento, pela direção do Hospital Regional de Barbacena, da relação de profissionais necessários para completar o quadro de funcionários do hospital, de forma que a instituição possa prestar atendimento adequado;

– Contratação, pela Secretaria Municipal de Saúde, de um técnico de radiologia por tempo determinado, até que a Secretaria de Estado de Saúde assuma a contratação desse profissional;

– Realização de reunião com o secretário de Estado de Saúde e o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, com a participação de representantes do Hospital Regional de Barbacena, Santa Casa de Misericórdia de Barbacena e Hospital Ibiapaba, para apresentar os problemas que o Município de Barbacena tem enfrentado na área de saúde e discutir possíveis soluções;

– Verificação, com a direção do Hemominas, do que falta para a aprovação do projeto de instalação do PAC em Barbacena e tomar providências quanto ao que for necessário;

– Apresentação de requerimentos na Comissão de Saúde dirigidos à Secretaria de Estado de Saúde para que o órgão aumente o número de funcionários e técnicos para as unidades da Fhemig, bem como o número de médicos residentes em anestesiologia e neurocirurgia nas referidas unidades e providencie a troca dos equipamentos danificados (camas, cadeiras de banho e outros).



Conclusão

Durante a visita, o parlamentar ouviu os presentes sobre as principais demandas do Hospital Regional de Barbacena e sugeriu medidas para viabilizar a sua solução, como a apresentação de requerimentos na Comissão de Saúde para que a Secretaria de Estado de Saúde tome as providências necessárias para atender essas demandas.

Entendemos que a visita foi profícua e que as ações decorrentes dela poderão aumentar o acesso e a qualidade dos serviços prestados pelo referido hospital à população de Barbacena e região, fortalecendo a sua vocação no atendimento de urgência e emergência.

Sala das Comissões, 13 de julho 2016.

Arlen Santiago, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Saúde

Local visitado: Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 1.705/2015, do deputado Arlen Santiago, esta comissão visitou, no dia 10/5/2016, o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena – CHPB –, com a finalidade de conhecer *in loco* as condições de trabalho dos funcionários e os problemas estruturais da entidade.

Participou da visita o deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, que foi recebido pelas Sras. Hildalea Dias, gerente assistencial; e Eliete Cristina, gerente administrativa; e pelos Srs. Antônio Carlos Matos, coordenador da unidade de interação de pacientes agudos; e Wander Lopes, diretor do CHPB. Também acompanharam a visita os Srs. José Orleans da Costa, secretário municipal de Saúde de Barbacena; Robson Campos Vidigal, superintendente da Macrorregião Sanitária Centro-Sul; e Arinos Brasil Goulart Filho, presidente da Associação Médica de Barbacena.

Relato

O Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena foi inaugurado em 1903 como o primeiro hospital psiquiátrico público de Minas Gerais. Inicialmente pertencia à Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica e passou, posteriormente, a integrar a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – em 1977, por ocasião da criação dessa entidade.

O CHPB era um hospital-colônia que recebia pacientes de todo o País. Na década de 1980, ocorreram mudanças com a reestruturação física e as medidas para promover a humanização do atendimento, iniciadas com objetivo de reintegrar o paciente ao convívio social. Nesse momento, foram criadas estruturas alternativas de tratamento dos pacientes, como internações de curto prazo, ambulatorios, hospital-dia, centros de convivência, oficinas terapêuticas e módulos residenciais (residências terapêuticas). O processo teve o seu ápice no início nos anos 2000, época em que o movimento de desinstitucionalização de pacientes psiquiátricos tomou força e ganhou visibilidade com a edição da Lei Federal nº 10.216, de 6/4/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Atualmente, há 145 moradores no CHPB. A média de idade dos moradores é de 66 anos – o mais novo tem 35 anos de idade e o mais velho tem 96 anos (e é também o morador mais antigo do hospital, com mais de 70 anos de internação). Desse total de moradores, 100 pacientes estão internados na unidade de agudos do CHPB, que fica num prédio anexo ao Hospital Regional de Barbacena, e os outros 45 estão distribuídos nos pavilhões do CHPB.



O CHPB tem 25.000m² de área construída e atende pacientes em crises psiquiátricas agudas, internos de longa permanência e usuários de álcool e drogas em regime de hospital-dia. Também oferece oficinas terapêuticas e serviço de psicologia e psiquiatria. O quadro de servidores é de 430 colaboradores diretos da Fhemig e 120 contratados por meio da Minas Gerais Serviços.

De acordo com o diretor do CHPB, Sr. Wander Lopes, desde o início do processo de desinstitucionalização de pacientes psiquiátricos em 2001, muitos pacientes tiveram alta e foram encaminhados para as respectivas famílias. Porém, ele ponderou que isso nem sempre é possível, pois muitos desses internos já perderam o vínculo familiar ou os parentes se recusam a receber o paciente de volta. Além disso, relatou que, mesmo quando a família acolhe o doente mental, é preciso que haja um acompanhamento psicológico por parte da equipe do hospital para propiciar a adequada adaptação do paciente e dos familiares. Wander Lopes afirmou que, dos 145 moradores do CHPB, cerca de 80 estão estabilizados e teriam condições de ser encaminhados para residências terapêuticas.

O secretário municipal de Saúde, Sr. José Orleans da Costa, disse que há 32 residências terapêuticas em Barbacena e que, no momento, o município não tem condições de alugar ou comprar o número de imóveis necessários para acolher esses 80 pacientes. O secretário afirmou que será necessário negociar com os municípios vizinhos da Macrorregião Centro-Sul a disponibilização dessas residências terapêuticas para reintegrar os pacientes ao convívio comunitário.

Com relação aos demais moradores, a direção clínica do CHPB demonstrou uma forte preocupação. Há aqueles pacientes agudos, que necessitam do cuidado hospitalar para manejo do quadro psiquiátrico, bem como os pacientes crônicos, que, em virtude da manifestação de seus problemas mentais (gritos e gemidos noturnos, incontinência urinária, entre outros), necessitam de cuidados em tempo integral pela equipe de saúde e também poderiam ter problemas de aceitação por parte dos vizinhos.

Os profissionais do CHPB mencionaram que a Secretaria de Estado de Saúde já está estudando uma estratégia para encaminhamento desses pacientes remanescentes e lamentou o fato de ainda não terem sido chamados para serem ouvidos e dar as suas contribuições para esse processo, de modo a encontrar a melhor solução para cada caso, tendo em vista a sua proximidade com os moradores e a sua experiência clínica.

O corpo clínico e técnico do CHPB também se preocupa com o plano de ação da Fhemig para remanejar o quadro de funcionários, caso os moradores sejam desinstitucionalizados. Eles acreditam que a Secretaria de Estado de Saúde deveria realizar um estudo de recursos humanos em conjunto com os municípios vizinhos a Barbacena para realocar da maneira mais adequada todos os servidores que hoje trabalham no CHPB.

Por fim, as pessoas presentes durante a visita relataram que a área do CHPB é extensa, com uma grande infraestrutura construída, e defenderam que o Estado deveria dar uma boa finalidade para o uso do local, caso ele deixe de atender a área de psiquiatria.

Conclusão

Durante a visita, o parlamentar ouviu os presentes sobre as principais demandas do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena e sugeriu a formulação de um requerimento na Comissão de Saúde com o intuito de solicitar ao secretário de Estado de Saúde informações sobre o seu projeto de remanejamento dos 145 moradores do CHPB.

Entendemos que a visita foi proveitosa, pois permitiu a esta comissão compreender a história do CHPB e o momento pelo qual ele passa, bem como os anseios de seu corpo diretivo e clínico em relação ao futuro dos internos. Com a apresentação do requerimento proposto, buscamos a elucidação dos fatores que envolvem o processo de desinstitucionalização dos pacientes psiquiátricos e o seu remanejamento, a fim de promover o diálogo entre a instituição e a Secretaria de Estado de Saúde para a proposição de soluções viáveis e pautadas na humanização do atendimento.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2016.

Arlen Santiago, relator.



RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Saúde

Local visitado: Hospital Ibiapaba – Centro Barbacense de Assistência Médica e Social – Cebams

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 5.588/2016, do deputado Arlen Santiago, esta comissão visitou, no dia 10/5/2016, o Hospital Ibiapaba – Centro Barbacense de Assistência Médica e Social – Cebams –, com a finalidade de conhecer a infraestrutura, as condições de atendimento e as práticas de gestão hospitalar da entidade.

Participou da visita o deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde, que foi recebido pelo Sr. Luiz Eduardo Grisolia de Oliveira, procurador do Hospital Ibiapaba. Também acompanharam a visita os Srs. José Orleans da Costa, secretário municipal de Saúde de Barbacena, e Robson Campos Vidigal, superintendente de Saúde da Macrorregião Centro-Sul.

Relato

O Hospital Ibiapaba é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, foi aberto ao público em 1967 e, atualmente, presta serviços em pronto atendimento, ambulatório de especialidades, internação clínica e cirúrgica, e é referência nos serviços de cardiologia e oncologia da Macrorregião Centro-sul do Estado, com uma média de 1.500 atendimentos de urgência e 560 internações por mês. No serviço de quimioterapia, são cerca de 380 procedimentos realizados mensalmente.

A área física do hospital é superior a 7.200m², e a instituição dispõe de 116 leitos – 10 deles de UTI – e 454 colaboradores diretos. Está sendo construído, já em fase de conclusão, um prédio anexo ao hospital com quatro andares, que será destinado à implantação de 10 leitos de CTI e 5 leitos de cuidado semi-intensivo, além de uma unidade coronariana, serviço de hemodinâmica e serviço de nutrição e dietética. Para a conclusão da unidade coronariana e o funcionamento imediato dos leitos, o hospital necessita de recursos em torno de R\$1.000.000,00 a serem repassados pela Secretaria de Estado de Saúde.

Além desse prédio em construção, o Hospital Ibiapaba já dispõe de um terreno para a construção de um centro oncológico, que incluirá os serviços de quimioterapia e radioterapia. A Prefeitura Municipal de Barbacena já liberou 2 milhões de reais para a construção do *bunker* do serviço de radiologia, mas ainda faltam recursos para as outras etapas da obra do centro oncológico.

De acordo com o procurador, Sr. Luiz Eduardo Grisolia de Oliveira, o grande problema enfrentado pelo Hospital Ibiapaba é o balanço negativo nas contas da unidade, que arrecada cerca de 2 milhões por mês em convênios com o Sistema Único de Saúde – SUS – (60% da produção mensal) e planos de saúde particulares (40% da produção mensal). No entanto, os gastos do Ibiapaba giram em torno de 3,5 milhões por mês, o que o fez acumular uma dívida de 11 milhões nos últimos anos.

De acordo com o deputado Arlen Santiago, a tabela de procedimentos do SUS paga atualmente é feita de acordo com a seguinte classificação: UTI tipo 1 – R\$519,00; UTI tipo 2 – R\$472,00; UTI tipo 3 – R\$572,00. Ele mencionou, ainda, que, com base em informações dadas pelo diretor clínico da Santa Casa de Belo Horizonte em audiência pública nesta comissão, os custos reais de leitos de UTI variam de R\$1.200,00 a R\$1.600,00 reais/dia. Dessa forma, cada leito aberto acaba aumentando o prejuízo dos hospitais filantrópicos.

Outra questão enfrentada pelo Hospital Ibiapaba diz respeito à sala vermelha do setor de emergência do pronto-atendimento, onde a assistência ao paciente em estado grave e com risco de morte é imediata, com a realização de procedimentos invasivos como ressuscitação cardiopulmonar, intervenção ao acidente vascular cerebral e infarto agudo do miocárdio, ventilação mecânica e monitorização cardíaca.



O Sr. Luiz Eduardo Grisolia de Oliveira relatou que, apesar da alta complexidade dos atendimentos realizados na sala vermelha e dos critérios rigorosos que norteiam sua instalação, os leitos não são reconhecidos pelo Ministério da Saúde como unidades de CTI e isso acaba gerando um déficit financeiro decorrente da oferta do serviço, pois o valor pago pelo SUS não é suficiente para arcar com os custos de manutenção da sala.

Conclusão

Durante a visita, o parlamentar ouviu os presentes sobre as principais demandas do Hospital Ibiapaba e convidou a direção da unidade para participar de uma visita da Comissão de Saúde ao secretário de Estado de Saúde e ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, com representantes do Hospital Regional de Barbacena e da Santa Casa de Misericórdia de Barbacena, a fim de apresentar a esses gestores os principais problemas de saúde enfrentados no município, bem como viabilizar medidas para a sua solução.

Entendemos que a visita foi profícua, pois permitiu a esta comissão compreender melhor a importância do papel desempenhado pelo Hospital Ibiapaba no atendimento em oncologia e cardiologia em Barbacena e região, bem como as dificuldades financeiras por ele enfrentadas. Por meio da visita proposta aos secretários de Estado de Saúde e de Planejamento e Gestão, espera-se viabilizar medidas para solucionar os problemas mencionados durante a visita e, conseqüentemente, aumentar o acesso e aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo hospital à população de Barbacena e região.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2016.

Arlen Santiago, relator.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/10/2016

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Glaycon Franco e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Romeu Donizete Rufino, diretor-geral da Aneel, e Anderson Ferreira, superintendente de Coordenação e Representação Parlamentar da Cemig Distribuição, publicados no *Diário do Legislativo* em 1º/9/2016, e mensagem da Sra. Marta Helena da Silva, moradora na Fazenda Santa Rita, no Serro, recebida por meio do Fale com a Assembleia, em 21/9/2016, pedindo ajuda para agilizar a ligação de energia elétrica em sua residência, pois a previsão é para 31/12/2018. O presidente informa que o deputado Gil Pereira foi designado relator da visita realizada à Intersolar South America, de 23 a 25/8/2016, em São Paulo (SP). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.100/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Clamper Indústria e Comércio S.A. pela comemoração dos 25 anos de trabalho no setor elétrico e eletrônico;

nº 7.101/2016, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado aos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para que seja contemplado o Programa Fazendeiro Produtor de Água no Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

nº 7.102/2016, dos deputados Gil Pereira e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater os Projetos de Lei nºs 3.807, 3.808, 3.810 e 3.811/2016, que tratam da legislação tributária do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2016.

Gil Pereira, presidente – Bosco – Dilzon Melo.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/10/2016

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Rogério Correia (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), Cabo Júlio (substituindo o deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da liderança do BMM) e Cássio Soares (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos autores dos Projetos de Lei nºs 3.588, 3.607 e 3.666/2016, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 23 (em virtude de redistribuição), 3.675, 3.681, 3.690, 3.701, 3.709, 3.756, 3.764, 3.768, 3.773 e 3.818/2016 (Antônio Jorge); 3.678, 3.682, 3.688, 3.705, 3.755, 3.765, 3.770, 3.774, 3.817 e 3.824/2016 (Bonifácio Mourão); 3.680, 3.703, 3.757, 3.759 e 3.793/2016 (Cristiano Silveira); 3.684, 3.692, 3.696, 3.702, 3.751, 3.767, 3.772 e 3.822/2016 (Isauro Calais); 6, 68 e 1.437/2015 (em virtude de redistribuição) e 3.645, 3.679, 3.691, 3.694, 3.708, 3.710, 3.760 a 3.762, 3.791 e 3.825/2016 (Leonídio Bouças); 3.683, 3.689, 3.706, 3.712, 3.752, 3.754, 3.769, 3.776 e 3.816/2016 (Luiz Humberto Carneiro); e 3.674, 3.687, 3.704, 3.711, 3.766, 3.786, 3.821 e 3.823/2016 (Tadeu Martins Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.669 e 3.073/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Antônio Jorge. É aprovado requerimento do deputado Cabo Júlio solicitando que o Projeto de Lei nº 3.284/2016 seja apreciado em primeiro lugar nesta fase. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.284/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a saída do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 852/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge, em virtude de redistribuição) e 1.094/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Rogério Correia). Registra-se o retorno do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.678 e 2.982/2015 (relator: deputado Cássio Soares, ambos em virtude de redistribuição); 1.738/2015 com a Emenda nº 1; 3.033/2015 na forma do Substitutivo nº 1; 3.300/2016 com a Emenda nº1 (relator: deputado Antônio Jorge); 1.916/2015 na forma do Substitutivo nº 1; 2.716/2015 com a Emenda nº 1; 3.399/2016 com a Emenda nº 1; 3.575/2016 com as Emendas nºs 1 e 2; 3.663/2016 na forma do Substitutivo nº 1; 3.664/2016 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o terceiro em virtude de redistribuição); 2.874/2015 com a Emenda nº 1; 3.401/2016 com as Emendas nºs 1 e 2; e 3.613/2016 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão, todos em virtude de redistribuição). Os pareceres



sobre os Projetos de Lei nºs 2.876/2015 e 3.637/2016, ambos no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Antônio Jorge e Leonídio Bouças. Registra-se a saída do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.676/2016 na forma do Substitutivo nº 1 e 3.677/2016 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Leonídio Bouças). Registra-se a saída do deputado Rogério Correia. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.741/2016 (relator: deputado Antônio Jorge). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.136/2015 com a Emenda nº 1; 2.305/2015; 3.572/2016 com a Emenda nº 1; 3.624/2016; 3.629/2016 com a Emenda nº 1; 3.647/2016; 3.670/2016 e 3.760/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo os três primeiros e o antepenúltimo em virtude de redistribuição); 3.158/2015 com a Emenda nº 1; 3.202/2016; 3.478/2016; 3.480/2016 com a Emenda nº 1; e 3.597/2016 (relator: deputado Bonifácio Mourão, sendo o primeiro e o terceiro ao quinto, em virtude de redistribuição); 3.595/2016 com a Emenda nº 1 e 3.693/2016 (relator: deputado Antônio Jorge, ambos em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento em que se solicita, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, ao autor do Projeto de Lei nº 3.668/2016, que instrua a proposição com a documentação necessária à sua tramitação. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 7.134/2016, do deputado Gilberto Abramo, em que requer seja realizado ciclo de debates ou seminário legislativo da Comissão de Constituição e Justiça, no ano de 2018, em comemoração aos trinta anos da Carta Magna. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro – Bosco – João Magalhães.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/11/2016

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Bonifácio Mourão, Luiz Humberto Carneiro e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares e Bosco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do autor do Projeto de Lei nº 3.169/2015, encaminhando documentos necessários à tramitação dessa proposição, em atenção a pedido de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos ao projeto. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nos 2.016/2015 e 3.831, 3.697, 3.784, 3.795, 3.803 e 3.839/2016 (Antônio Jorge); e 526, 818, 849, 932, 1.158, 1.177, 1.624, 1.632, 2.475/2015 e 3.176, 3.730, 3.790, 3.805, 3.852, 3.854, 3.655, 3.656, 3.713, 3.714, 3.715, 3.733, 3.782, 3.827, 3.834, 3.838, 3.853, 3.857 e 3.865/2016 (Bonifácio Mourão); Projeto de Lei Complementar nº 57/2016; Projetos de Resolução nos 3 e 7/2015, e Projetos de Lei nos 2.519/2011, 71, 2.603, 3.045, 3.082 e 3.153/2015 e 3.627, 3.718, 3.720, 3.724, 3.746, 3.785, 3.794, 3.807, 3.830, 3.837, 3.840, 3.845, 3.850, 3.856, 3.862 e 3.868/2016 (Leonídio Bouças); 5.501/2014, 474, 495, 1.161, 1.644, 1.884, 2.041, 2.137 e 2.770/2015 e 3.186, 3.562, 3.725, 3.753, 3.801, 3.802, 3.806, 3.812, 3.814, 3.826, 3.835, 3.841, 3.847, 3.851, 3.855 e 3.864/2016 (Luiz Humberto Carneiro); Ofício do Superior Tribunal de



Justiça nº 1/2016 (Rogério Correia); Projeto de Lei Complementar nº 45/2015; e Projetos de Lei nos 159, 434, 492, 831, 944, 958, 1.071, 1.406, 1.620, 1.981, 2.066, 2.077, 2.123, 2.641, 2.698, 2.922, 2.971/2015, 3.221, 3.283, 3.306, 3.433, 3.626, 3.716, 3.717, 3.739, 3.740, 3.787, 3.788, 3.797, 3.798, 3.828, 3.829, 3.846, 3.859, 3.863, 3.867 e 3.866/2016 (Tadeu Martins Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado Bonifácio Mourão em que solicita que os Projetos de Lei nos 3.658 e 3.678/2016 sejam apreciados em último lugar nesta fase. O Projeto de Lei nº 3.600/2016 é retirado da pauta por deliberação da comissão, a requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro. Registra-se a saída dos deputados Bosco e João Magalhães. A presidência verifica de plano a inexistência de quórum para continuar a reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Luiz Humberto Carneiro – Rogério Correia – Bonifácio Mourão – Antônio Jorge – Durval Ângelo.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Gil Pereira, Gustavo Corrêa e Isauro Calais, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, e os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 11/11/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei Complementar Federal nº 30/2015, que propõe a regulamentação da terceirização, e a importância do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, bem como sua influência nos direitos humanos dos trabalhadores brasileiros, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tadeu Martins Leite, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Luiz Humberto Carneiro e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre o Ofício nº 1/2016, do Superior Tribunal de Justiça, em turno único, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2016.

Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/2016, às 17h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira e Mário Henrique Caixa, membros da Comissão de Participação Popular, e os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, André Quintão, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Tito Torres, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 11/11/2016, às 17h30min, no Plenário, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, receber os relatórios com as sugestões populares do processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017, encerrando o processo de discussão participativa desse plano e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/11/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e de votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 2.723/2015, do deputado Gilberto Abramo, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2016.

Elismar Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/11/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 2.723/2015, do deputado Gilberto Abramo, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2016.

Elismar Prado, presidente.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 616/2015****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 616/2015, de autoria da deputada Rosângela Reis, que dispõe sobre a Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores, foi aprovado no 2º turno, com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 616/2015

Dispõe sobre a política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores, com a finalidade de promover o fortalecimento da economia local por meio do incentivo à diversificação das atividades econômicas desses municípios.

Art. 2º – Será classificado como minerador o município que atender a pelo menos duas das seguintes condições:

I – integrar associação a que se refere o § 1º do art. 253 da Constituição do Estado;

II – receber repasses do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, na forma do percentual específico previsto no § 2º do art. 253 da Constituição do Estado;

III – receber quota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem –, nos termos do § 1º do art. 20 da Constituição da República e do inciso IX do art. 3º da Lei Federal nº 8.876, de 2 de maio de 1994.

Art. 3º – São objetivos da política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores:

I – a diversificação produtiva;

II – o fortalecimento da economia local;

III – o incremento do bem-estar da população;

IV – a melhoria dos indicadores de qualidade ambiental.

Art. 4º – São diretrizes da política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores:

I – o incentivo à diversificação produtiva;

II – o estímulo ao aumento da produtividade dos fatores econômicos;

III – a relação de complementariedade na atuação do poder público e da iniciativa privada;

IV – o respeito à livre iniciativa e à livre concorrência.

Art. 5º – São instrumentos da política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores:

I – a pesquisa e o desenvolvimento de estatísticas e de tecnologias voltadas para o fomento da diversificação produtiva;

II – o fomento e o financiamento de atividades de diversificação produtiva;

III – a assistência técnica;



IV – o tratamento tributário diferenciado;

V – o investimento em programas de qualificação e capacitação que priorizem demandas específicas de cada tipo de diversificação produtiva.

Art. 6º – O Estado apoiará a criação de centros gestores de políticas de apoio à diversificação produtiva nos municípios mineradores.

Parágrafo único – O centro gestor de políticas de apoio à diversificação produtiva nos municípios mineradores desenvolverá suas atividades com a cooperação dos agentes produtivos empresariais, das organizações de trabalhadores e de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio a arranjos produtivos locais.

Art. 7º – Fica acrescentado ao art. 2º da Lei nº 16.296, de 1º de agosto de 2006, o seguinte inciso VII:

“Art. 2º – (...)

VII – diversificar a estrutura produtiva do município que se desenvolva em torno de atividade mineradora.”.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2016.

Léo Portela, presidente – João Magalhães, relator – Fabiano Tolentino.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.672/2015

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.672/2015, de autoria do deputado Fabiano Tolentino, que institui o Dia Estadual da Raça do Cavalo Mangalarga Marchador, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Embora o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e os dicionários adotem a grafia “manga-larga”, com hífen, esta comissão optou por manter, no texto aprovado, o termo “mangalarga”, sem hífen. Essa grafia, adotada no texto original do projeto, é a forma empregada e reconhecida pelas pessoas da área e pelas associações de criadores para designar o nome da raça em questão.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.672/2015

Institui o Dia Estadual da Raça do Cavalo Mangalarga Marchador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual da Raça do Cavalo Mangalarga Marchador, a ser comemorado anualmente no dia 16 de julho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2016.

Léo Portela, presidente – João Magalhães, relator – Fabiano Tolentino.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/11/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Danielle Cristine de Moura Bitencourt, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Cláudia Assis Costa, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bráulio Braz;

nomeando Dorival de Oliveira Gomes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Raquel Augusta de Azeredo R. Martins, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 89/2016****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 209/2016**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 24/11/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos, cabos e conectores de áudio.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 77/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Bookpartners Brasil Editora e Distribuidora de Livros Ltda. Objeto: fornecimento de livros, em formato impresso e eletrônico, à Biblioteca Deputado Camilo Prates. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico Nº 75/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 112/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Multipães Indústria e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de lanches. Objeto do aditamento: realinhamento de preços. Vigência: a partir da data de sua assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 10/11/2016, na pág. 44, onde se lê:

“Elenir Ferreira da Silva”, leia-se:

“Elenir Ferreira Ribeiro”.